CETESB

Concurso Público

10. Prova Discursiva

Advogado

INSTRUÇÕES

- Confira seu nome e número de inscrição na capa deste caderno.
- Assine apenas no local indicado na capa. Qualquer identificação no corpo da prova acarretará a sua anulação.
- O texto definitivo deverá ser feito com caneta de tinta azul ou preta, no espaço reservado para tal. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- A prova discursiva constitui-se de uma peça processual e na sua avaliação serão considerados o raciocínio jurídico, a fundamentação e a sua consistência, a capacidade de interpretação e exposição; os aspectos lingüísticos, a estrutura do texto: seqüência lógica das idéias, coerência e coesão entre as partes, adequação da linguagem e a correção gramatical de acordo com as normas da Língua Portuguesa.
- Será permitida consulta a códigos e textos legais, desde que não contenham comentários, anotações ou citações doutrinárias ou jurisprudenciais, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de doutrina, obras, cadernos e apostilas.
- A duração da prova é de 2 horas.
- A saída do candidato do prédio será permitida após transcorrida a metade do tempo do início da prova.

Aguarde a ordem do fiscal para abrir este Caderno.

PARA USO DA VUNESP		
Nota	Extenso	Rubrica

CETESB

Concurso Público

10. Prova Discursiva

Advogado

Assinatura do candidato

FUNDAÇÃO vunesp
28.09.2008
tarde

PEÇA PROCESSUAL

O Município de São Paulo opera um posto de combustíveis em imóvel de sua propriedade, com a finalidade de abastecer os seus veículos. Em razão de um grande vazamento de gasolina ocorrido no posto, a Municipalidade foi autuada e multada por um agente da CETESB, em 10 de Janeiro de 2006, com base na legislação ambiental, tanto pelo vazamento como pela falta de licença de operação.

Após a notificação da autuação, o Município apresentou a primeira defesa administrativa, a qual foi julgada improcedente. Em 20 de Setembro de 2007, o Município foi notificado sobre a decisão que não conheceu do seu recurso por intempestividade e que o débito seria inscrito em dívida ativa do Estado.

Conseqüentemente, em 15 de Fevereiro de 2008, o Município impetrou um mandado de segurança em face do agente da CETESB que o autuou, alegando o seguinte: que a CETESB não poderia ter impedido o conhecimento do recurso, mesmo intempestivo, pois estaria exigindo, de forma inconstitucional, o recolhimento da multa para a admissão do recurso; que não poderia ser autuado pelo ocorrido no posto, já que somente é operador desse posto, e que quem deveria ser responsabilizada é a companhia distribuidora de combustíveis, verdadeira responsável pelo posto; que a autuação foi ilegal, considerando que não houve danos efetivos ao meio ambiente; e que a multa pela falta de licença é indevida, uma vez que possui a licença de operação desde 15 de Dezembro de 2000.

Assim, o Município postula no *writ* a concessão da segurança para que o seu recurso administrativo seja conhecido e julgado, que seja cancelada a multa, e que seja impedida a inscrição do débito na dívida ativa, tudo a ser devidamente comprovado em instrução probatória requerida pelo impetrante, com a condenação da autoridade coatora em verbas de sucumbência.

Com base nos dados relatados, elabore a peça processual adequada ao presente caso.

RASCUNHO

Em hipótese alguma será considerada a redação escrita neste espaço.

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

RASCUNHO

Em hipótese alguma será considerada a redação escrita neste espaço.

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

RASCUNHO

Em hipótese alguma será considerada a redação escrita neste espaço.

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

RASCUNHO

Em hipótese alguma será considerada a redação escrita neste espaço.

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

RESPOSTA

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

RESPOSTA

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

RESPOSTA

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

RESPOSTA

NÃO ASSINE ESTA FOLHA